XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
16 a 19 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri - Campus Iguatu
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL, 2023-2025

Jonatan dos Santos Batista[1], Ezequiel Andrade Evangelista [2], Kauan Gefson da Silva Araújo[3] Tatiane Tenório da Gama Leite[4]

Resumo: O Programa Bolsa Família é uma das principais políticas de transferência de renda do Brasil e atendia cerca de 49 milhões de pessoas em dezembro de 2025, com cobertura que variava de 7,1% da população em Santa Catarina a 45,2% no Maranhão. Pela teoria da escolha entre trabalho e lazer, uma renda que não vem do trabalho pode reduzir a oferta de trabalho, argumento associado ao chamado "efeito preguiça". A evidência brasileira, no entanto, não indica desestímulo generalizado ao trabalho, e o benefício também pode financiar a procura por emprego e estimular a economia local. Este trabalho tem como objetivo analisar se a cobertura do Bolsa Família está associada ao nível de ocupação nas 27 Unidades da Federação brasileiras entre 2023 e 2025. Foram utilizados dados do VIS Data, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, totalizando 81 observações. Os modelos foram estimados por Mínimos Quadrados Ordinários, com variáveis em logaritmo e controles para proporção de idosos, escolaridade, região e ano, além de uma especificação que compara cada estado com ele mesmo ao longo do tempo. Os resultados mostram que, na comparação entre estados, a cobertura do programa apresenta relação negativa e significativa com o nível de ocupação, e um aumento de 1% na cobertura está associado a uma ocupação cerca de 0,11% menor. Quando cada estado é comparado com ele mesmo, porém, o coeficiente torna-se positivo e significativo. Essa inversão indica que a relação negativa reflete as diferenças estruturais de pobreza entre os estados, já que os mais pobres têm, ao mesmo tempo, mais beneficiários e menos pessoas ocupadas. A proporção de idosos esteve associada a menor ocupação, e o Nordeste apresentou ocupação cerca de 10% menor que o Sudeste. Conclui-se que os resultados não sustentam a hipótese de que o Bolsa Família desestimule o trabalho, embora indiquem associação, e não causalidade.

Palavras-chave: Bolsa Família. Mercado de trabalho. Ocupação. Transferência de renda.

1. Introdução

O Programa Bolsa Família é uma das principais políticas de transferência de renda do Brasil. Em dezembro de 2025, atendia cerca de 49 milhões de pessoas, com grande variação entre as Unidades da Federação, de 7,1% da população em Santa Catarina a 45,2% no Maranhão (BRASIL, 2025). Por alcançar as famílias de menor renda, que

1 Universidade Regional do Cariri, email: jonatan.batista1@urca.br
2 Universidade Federal do Cariri, email: ezequiel.andrade@urca.br
3 Universidade Regional do Cariri, email: kauan.araujo@urca.br
4 Universidade Regional do Cariri, email: tatiane.freitas@urca.br

também enfrentam as maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o programa tem relação direta com a ocupação. A reformulação de 2023 reconhece essa relação ao criar a regra de proteção, que permite à família manter parte do benefício quando sua renda aumenta, para que a entrada no trabalho não implique a perda imediata da transferência (BRASIL, 2023).

Do ponto de vista teórico, uma renda que não vem do trabalho pode levar as pessoas a reduzir as horas ofertadas ao mercado (BORJAS, 2012), argumento por trás do chamado "efeito preguiça". A oferta de trabalho, porém, depende também de escolaridade, responsabilidades familiares e disponibilidade de empregos. A evidência brasileira é dividida. Oliveira e Soares (2013) e Foguel e Barros (2010) não encontram redução relevante da oferta de trabalho dos beneficiários, enquanto Tavares (2010) mostra que os efeitos variam conforme o grupo analisado, como as mães beneficiárias.

Além disso, como o direito ao benefício depende da renda, os estados mais pobres tendem a ter, ao mesmo tempo, mais beneficiários e menos pessoas ocupadas, sem que isso signifique que o programa reduza a ocupação. Há também pouca evidência comparando os estados após a reformulação de 2023.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar se a cobertura do Bolsa Família está associada ao nível de ocupação nas Unidades da Federação brasileiras entre 2023 e 2025. Para tanto, estimam-se modelos de regressão por Mínimos Quadrados Ordinários com controles para região, ano, proporção de idosos e escolaridade. Os resultados indicam que estados com maior cobertura apresentam menor nível de ocupação, mas essa relação reflete sobretudo as diferenças estruturais de pobreza entre os estados, e não um desestímulo ao trabalho.

2. Metodologia

A análise utiliza como referência teórica o modelo de escolha entre trabalho e lazer (BORJAS, 2012). Nessa abordagem, os indivíduos distribuem seu tempo entre atividades remuneradas e não remuneradas, considerando os salários e os recursos disponíveis. Uma transferência monetária pode produzir um efeito-renda, pois amplia a renda familiar sem exigir horas de trabalho em contrapartida, o que, em determinadas condições, pode reduzir a oferta de trabalho. O efeito final, porém, depende de outros incentivos, pois o benefício também pode ajudar a custear transporte, alimentação e cuidado dos filhos durante a procura de emprego, e o consumo das famílias pode movimentar o comércio local.

Por isso, a análise não parte do "efeito preguiça" como conclusão antecipada. Oliveira e Soares (2013) e Foguel e Barros (2010) não encontram redução relevante da oferta de trabalho dos beneficiários no Brasil, e Tavares (2010) mostra a importância de observar grupos específicos, como as mães beneficiárias, cujas decisões dependem das responsabilidades de cuidado. Vale lembrar que estar ocupado não equivale a ter carteira assinada ou jornada integral, pois uma pessoa pode trabalhar na informalidade ou reduzir sua jornada sem deixar de estar ocupada.

2.1 Dados e variáveis

A unidade de análise são as 27 Unidades da Federação, observadas anualmente entre 2023 e 2025, totalizando 81 observações. O recorte começa em 2023, quando o Bolsa Família voltou a substituir o Auxílio Brasil e o cadastro passou por revisão. Os dados de cobertura do programa vêm do VIS Data, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (BRASIL, 2025). As informações sobre ocupação, população e composição etária vêm da PNAD Contínua, do IBGE, por meio das tabelas 4093 e 6407 do SIDRA, e os anos médios de estudo, da PNAD Contínua.

A variável dependente é o nível de ocupação, calculado como a proporção de pessoas ocupadas entre a população de 14 anos ou mais, com média dos trimestres de cada ano. A variável explicativa principal é a cobertura do Bolsa Família, medida pelo número de pessoas beneficiárias em dezembro de cada ano dividido pela população da UF. Como controles, a proporção de idosos capta diferenças demográficas, já que estados mais envelhecidos têm mais aposentados e, por isso, menor ocupação. A escolaridade representa as oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Todas as variáveis são usadas em logaritmo, o que permite interpretar os coeficientes como elasticidades.

2.2 Estratégia empírica

Os modelos são estimados por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). A especificação geral pode ser representada pela seguinte equação:

$$ln(Ocupação_{it}) = \beta_0 + \beta_1\, ln(Cobertura_{it}) + \beta_2\, ln(Idosos_{it}) + \beta_3\, ln(Escolaridade_{it}) + controles + \varepsilon_{it}$$

Nessa expressão, *i* identifica a Unidade da Federação e *t* representa o ano. A primeira especificação inclui a cobertura, dummies de região e dummies de ano. A segunda acrescenta os controles de proporção de idosos e escolaridade. A terceira mantém os controles demográficos e educacionais, mas substitui as dummies regionais por efeitos fixos de Unidade da Federação, permitindo comparar cada estado consigo mesmo ao longo do período.

A estratégia tem limitações. A elegibilidade ao Bolsa Família está relacionada à renda familiar, de modo que a pobreza e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho podem aumentar simultaneamente a cobertura e reduzir a ocupação. Essa possibilidade de causalidade reversa impede interpretar automaticamente uma correlação negativa como efeito do programa. Além disso, três anos constituem um intervalo curto para identificar mudanças dentro de cada estado, e os efeitos fixos não eliminam todos os fatores que variam no tempo.

3. Resultados

A Tabela 1 apresenta as três especificações estimadas. O modelo (1) inclui a cobertura do Bolsa Família com dummies de região e de ano, o modelo (2) acrescenta a proporção de idosos e a escolaridade, e o modelo (3) substitui as dummies de região por dummies de cada UF.

Nos modelos (1) e (2), a cobertura do Bolsa Família apresenta coeficiente negativo e significativo a 1% (-0,114 e -0,131). Como as variáveis estão em logaritmo, um aumento

de 1% na cobertura está associado a um nível de ocupação cerca de 0,11% menor. Essa associação, porém, não indica que o benefício reduza o trabalho. Como o acesso ao programa depende da renda, os estados mais pobres tendem a ter, ao mesmo tempo, mais beneficiários e menos pessoas ocupadas, e a menor ocupação pode explicar a maior cobertura, e não o contrário

Tabela 1. Bolsa Família e nível de ocupação nas UFs (2023-2025).

Variável	Modelo (1)	Modelo (2)	Modelo (3)
ln Cobertura do Bolsa Família (%)	−0,114*** (0,028)	−0,131*** (0,029)	0,148** (0,062)
ln Idosos (% da população)	-	−0,090* (0,049)	−0,106** (0,043)
ln Anos de estudo	-	0,045 (0,096)	0,858*** (0,226)
Dummies de região	Sim	Sim	Não
Dummies de UF	Não	Não	Sim
Dummies de ano	Sim	Sim	Sim
Observações	81	81	81
R^2 ajustado	0,845	0,849	0,988

Fonte: elaboração própria com dados do VIS Data (MDS) e da PNAD Contínua (IBGE). Nota: erros-padrão entre parênteses. *** p < 0,01; ** p < 0,05; * p < 0,1. Referências: Sudeste, Acre (AC) e 2023.

No modelo (3), ao comparar cada estado com ele mesmo ao longo do tempo, o coeficiente muda de sinal e passa a ser positivo (0,148, significativo a 5%). A inversão indica que a relação negativa dos primeiros modelos refletia as diferenças estruturais entre os estados, como a pobreza histórica. O sinal positivo é compatível com mecanismos em que a transferência ajuda a financiar a procura por trabalho, com transporte, alimentação e cuidado dos filhos, e estimula a demanda no comércio e nos serviços locais. Esse resultado, porém, deve ser visto com cautela, por se basear em apenas três anos.

Entre os controles, a proporção de idosos é negativa nos modelos (2) e (3), coerente com a maior presença de aposentados nos estados mais envelhecidos. A escolaridade não é significativa no modelo (2) e torna-se significativa no modelo (3), mas esse resultado depende de variações pequenas dentro de cada estado e deve ser interpretado com cautela. Entre as regiões, o Nordeste apresenta nível de ocupação cerca de 10% menor que o Sudeste nos dois primeiros modelos, o que reforça as desigualdades territoriais do mercado de trabalho.

O R^2 ajustado é elevado nos três modelos (0,845, 0,849 e 0,988), mas isso não significa que a cobertura do programa explique a maior parte da ocupação. Nos dois primeiros modelos, o poder explicativo vem sobretudo das diferenças regionais e, no terceiro, das dummies de UF. Em conjunto, os resultados não sustentam a hipótese de que o Bolsa Família desestimule o trabalho, indicando que a relação negativa entre cobertura e ocupação reflete principalmente as diferenças de pobreza entre os estados.

4. Conclusão

Este trabalho analisa a relação entre a cobertura do Programa Bolsa Família e o nível de ocupação nas 27 Unidades da Federação brasileiras entre 2023 e 2025. Na comparação entre estados, a cobertura apresenta associação negativa e significativa com a ocupação. Quando cada estado é comparado com ele mesmo ao longo do tempo, porém, a relação torna-se positiva. Essa inversão mostra que a associação negativa reflete, sobretudo, as diferenças estruturais entre os estados, já que as unidades com maior cobertura concentram mais pobreza e mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Assim, os resultados não sustentam a hipótese de que o Bolsa Família reduza a ocupação ou comprove o chamado "efeito preguiça". O resultado positivo é compatível com a ideia de que a transferência ajuda a sustentar a procura por trabalho e a atividade econômica local, embora não estabeleça causalidade. Como o período abrange apenas três anos, pesquisas futuras com séries mais longas podem aprofundar a análise dos efeitos do programa sobre a jornada e a formalização do trabalho.

5. Referências

BORJAS, G. J. **Economia do trabalho**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

BRASIL. Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **VIS Data 3**: Bolsa Família, pessoas beneficiárias. Brasília: MDS, 2025.

FOGUEL, M. N.; BARROS, R. P. The effects of conditional cash transfer programmes on adult labour supply: an empirical analysis using a time-series-cross-section sample of Brazilian municipalities. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 259-293, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-41612010000200001.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: tabelas 4093 e 6407. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

OLIVEIRA, L. F. B.; SOARES, S. S. D. "Efeito preguiça" em programas de transferência de renda? In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org.). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 613-635, 2010.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.